

Um projeto para o País, com participação de toda a sociedade.

Por Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Toda a discussão política que envolve o problema sucessório está deixando em segundo plano um debate que é fundamental para o êxito ou o fracasso do próximo governo seja quem for o vencedor a 15 de janeiro. Refiro-me à falta de um projeto econômico fundamentado em bases realistas e viáveis, que nos permita eliminar, o mais rapidamente possível, os problemas de uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais e regionais e pela dependência externa.

Precisamos, com urgência, de um projeto para o País. E nós, empresários, sabemos que esse projeto não pode ser feito com promessas ou discursos. Sabemos disso porque não é com promessas ou discursos que realizamos nosso trabalho em nossas empresas.

A atual crise é indiscutivelmente grave e preocupante. Ela exige um projeto capaz de estabelecer desde as formas de atuação política até as linhas para o desenvolvimento da economia, passando pelo estabelecimento de instituições sociais fortes, capazes de garantir à sociedade o direito à cidadania, à justiça, ao bem-estar material e à segurança de seus cidadãos.

Tenho afirmado repetidas vezes que o Brasil encontra-se numa fase decisiva de sua história. Estão em jogo as características essenciais do seu modelo de desenvolvimento e, em particular, o próprio destino de nossa sociedade. É preciso decidir se pretendemos legar para a atual geração, e para as gerações futuras, uma estrutura econômica moderna e refinada, permanentemente ampliada, ou se vamos contentar-nos com os resultados medíocres e as permanentes ameaças de retrocesso.

O momento de construirmos um capitalismo forte e participativo, baseado na industrialização, é agora. Só assim poderemos abrir as portas da afluência para toda a

IDEIAS PARA UMA NOVA ECONOMIA

Com este artigo, o JT inicia a publicação periódica de uma série de sugestões de empresários, economistas, técnicos e juristas para a mudança da política econômica, no novo governo que tomará posse em 15 de março.

população brasileira, atacando o problema da miséria, do desemprego e do subemprego.

Para isso, creio que algumas medidas são necessárias. E que devem ser levadas em conta por qualquer projeto que não pretenda estabelecer-se à revelia dos setores produtivos da Nação.

A definição de uma política industrial, com a participação efetiva da classe empresarial, é a medida mais urgente. Mas não pode ser esquecida a realização de uma reforma tributária, que estabeleça impostos mais justos e equânimes; de uma reforma financeira; de esforços de preservação de uma taxa de crescimento capaz de permitir melhor distribuição da renda; de uma mudança na política salarial; da substituição das prioridades para os investimentos públicos; de um urgente equacionamento do problema agrário, com respeito à propriedade pri-

va; e de um perfeito controle da dívida externa, através de novos critérios para a contratação de empréstimos e para o próprio pagamento do que já é devido.

Essas medidas, todas no plano econômico, representam apenas um ponto de partida para a definição de um projeto para o País. Mas elas exigem, obviamente, uma contrapartida em termos institucionais. Num país como o nosso, que tem baseado as expectativas de solução de seus problemas econômicos e sociais no centralismo decisório e no poder do Estado, é fundamental o estabelecimento de instrumentos capazes de recuperar o controle da sociedade.

Tenho afirmado que a face mais perversa da atual crise é aquela revelada pela estatização, que tende a comprometer a própria sobrevivência do sistema econômico e político, que a sociedade brasileira escolheu como o mais conveniente para o País. Em função desse quadro, torna-se urgente a criação de mecanismos pelos quais a sociedade seja consultada com regularidade, não apenas para "ser ouvida", mas para que possa "participar" das decisões que, em última análise, lhe dizem respeito.

Creio mesmo que, somente dessa maneira, poderemos restabelecer o próprio princípio da autoridade, que provém exatamente dessa participação, do controle e do apoio vigilante e crítico da sociedade.

É inegável a insegurança generalizada sobre as instituições e as normas que regem nossa vida econômica e social. Daí a defesa que faço de um projeto firme e consistente, baseado no prevaletimento do sistema que a sociedade considera o mais adequado e eficiente para a satisfação de suas necessidades — o sistema capitalista — e que seja capaz de propor soluções que nos levem a superar as dificuldades com que nos defrontamos.